

Kant e a ideia da *Aufklärung*

[Kant and the idea of *Enlightenment*]

Keberson Bresolin*

Universidade Federal de Pelotas (Pelotas, RS, Brasil)

Considerações iniciais

O presente trabalho desenvolve a hipótese de que o conceito kantiano de *Aufklärung* é um *processo* individual, no qual o indivíduo é intimado a auto-aprimorar-se. Além disso, se apresentará o processo da *Aufklärung* como uma ideia normativa. O processo da *Aufklärung* é conceituado como a saída da menoridade (*Mündigkeit*), tornando o indivíduo apto a autodeterminar-se.

Com razão, já se criticou muito os ideais do Iluminismo os quais, muitas vezes, foram coactados com a ideia kantiana de *Aufklärung*. Kant foi um pensador do Iluminismo alemão, mas seu conceito de *Aufklärung* ultrapassa os propósitos da época. A ideia do processo da *Aufklärung* – saída da menoridade culpada – é uma súplica que a razão reivindica aos homens para o autodesenvolvimento e o respeito mútuo. *Talvez* nunca chegará o tempo em que todos os indivíduos tornem-se senhores de si mesmos, os quais, por escolha própria, decidem seguir doutrinas e ideias pré-fabricadas, mas, mesmo assim, o indivíduo que pensa, considera, delibera e age por si mesmo é sempre um ideal a ser almejado.

Em vista disso, desenvolveremos estas duas hipóteses, a saber, a *Aufklärung* como um processo o qual todo indivíduo deve realizar para tornar-se esclarecido e o processo da *Aufklärung* como uma ideia. A primeira hipótese visa afirmar que o processo da *Aufklärung* é individual é intransferível, ou seja, do mesmo modo que a menoridade (*Unmündigkeit*) é culpa própria, a maioridade (*Mündigkeit*) deve ser uma decisão pessoal. A segunda hipótese intenta demonstrar que o processo da *Aufklärung* é uma ideia e que o esclarecido (*aufgeklärter Kritiker*) é o ideal que os indivíduos devem efetivar no mundo.

* Email: keberon.bresolin@gmail.com

Assim, o trabalho está metodologicamente organizado do seguinte modo: na primeira parte será abordada a importância e os objetivos do texto *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* Além disso, demonstraremos o que é uma ideia e um ideal para Kant, aproximando respectivamente do conceito de *Aufklärung* e *aufgeklärter Kritiker*. Na segunda parte do trabalho, desenvolveremos as duas hipóteses do trabalho, além de conceituar a ideia do processo da *Aufklärung*. No último movimento serão consideradas as hipóteses em relação à argumentação apresentada no trabalho.

*** **

O texto *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* foi publicado no *berlinischen Monatsschrift* em 1784. O motivo de o artigo ter sido escrito teria sido o fato de que em dezembro de 1783 apareceu no *berlinischen Monatsschrift* um artigo do *Pfarrer* Johann Friedrich Zöllner (1753-1804) intitulado *Ist es ratsam, das Ehebündniß ferner durch die Religion zu sancieren?*, o qual era contra o matrimônio civil que tinha sido defendido em um artigo anônimo na publicação de setembro do mesmo ano. O artigo de Zöllner defendia, então, o matrimônio eclesial e polemiza sobre a perturbação a qual tinha sido realizada na cabeça e no coração dos homens em nome da *Aufklärung* (cf. Bahr, 1974, p. 3). Por isso, acrescentou, em uma nota de rodapé, a provocativa pergunta: “*Was ist Aufklärung?* Esta pergunta, a qual é quase tão importante quanto esta, o que é a verdade?, deveria ser respondida antes de se começar a divagar sobre o assunto. Mas, não a encontrei em nenhum lugar respondida” (Zöllner, 1783, p. 516).

A resposta não demorou a chegar. A primeira foi dada por Moses Mendelssohn em setembro de 1784, com o artigo: *Über die Frage: was heißt aufklären?* (Mendelssohn, 1784, p. 193-200).¹ Em seguida, no mesmo ano, Kant publica, então, sua resposta. Depois disso, outros filósofos, crentes, teólogos e escritores (J. Hamann, C. Wieland, A. Riem, J. Herder, G. Lessing, J. Erhard e F. Schiller) (cf. Bahr, 1974) também tentaram contribuir com suas respostas, tanto defendendo como condenando o movimento da *Aufklärung*. Assim, o texto *Beantwortung*

¹ No fim do texto *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, Kant faz uma nota, a qual faz referência a Mendelssohn: “In den Büsching’schen wöchentlichen Nachrichten vom 13. Sept. lese ich heute den 30sten eben dess. die Anzeige der Berlinischen Monatsschrift von diesem Monat, worin des Herrn Mendelssohn Beantwortung eben derselben Frage angeführt wird. Mir ist sie noch nicht zu Händen gekommen; sonst würde sie die gegenwärtige zurückgehalten haben, die jetzt nur zum Versuche da stehen mag, wiefern der Zufall Einstimmigkeit der Gedanken zuwege bringen könne” (WA, AA 08: 42).

der Frage: was ist Aufklärung? possui um valoroso significado filosófico e histórico porque é a própria interpretação de Kant sobre o conceito da *Aufklärung*, a qual não é compreendida como um conhecimento dogmático, antes é a exigência da auto-responsabilidade do homem que se arraiga na sua própria liberdade e personalidade (cf. Weyand, 1960, p. 112-113).

É importante enfatizar também que a pergunta em torno da *Aufklärung* foi tão debatida e auscultada que no ano de 1788, G. N. Fischer pergunta, no início de seu texto intitulado *Was ist Aufklärung?*, se ainda não se escreveu o suficiente sobre a *Aufklärung*; e, diz mais: por quanto tempo ainda haverá disputas em torno deste conceito (cf. Fischer, 1788, p. 14). Sem entrar em minúcias no texto de Fischer, isso demonstra como estava em voga a tentativa de definir qual era realmente o espírito da *Aufklärung*.

Segundo nossa interpretação, o substantivo alemão *Aufklärung* necessita de uma tradução conceitual e não sintática e, por isso, é mais bem traduzido para o português como *esclarecimento*. Traduzir como Iluminismo ou ilustração não captaria a totalidade do conceito kantiano. A *Aufklärung* não é apenas um conceito, mas também é, acima de tudo, um processo o qual não se restringe a determinados períodos ou épocas históricas, mas é sempre novamente posto, independentemente do espaço e do tempo. *Aufklärung* é o processo mediante o qual os indivíduos deixam a inércia intelectual da menoridade para assumirem-se como seres esclarecidos (cf. Bicca, 1997, p. 21). Enquanto este processo se dá em um nível moral, os indivíduos têm a obrigação de adentrar na maioridade, para tornarem-se esclarecidos. Assim, com o passar de um número incontável de gerações a humanidade se tornaria cada vez mais esclarecida.

Do conceito de *Aufklärung* advém o termo *aufgeklärter Kritiker*, ou seja, o indivíduo que se desvencilhou da menoridade e serve-se, agora, de suas próprias faculdades para guiar sua conduta, sua vida. Ele é o *aufgeklärter Kritiker* porque, além de servir-se da própria razão, deve poder usá-la publicamente com o objetivo de criticar e sugerir melhoras em assuntos políticos e legais a fim de trazer o estado vigente sob as leis da razão.

A decisão de adotar o caráter autônomo é sempre e, intransferivelmente, do próprio indivíduo. Contudo, o processo da *Aufklärung* é um mandamento da razão, uma vez que coloca o homem para além dos instintos e determinações heterônomas, com vista ao pleno desenvolvimento de suas disposições naturais. Tal processo, o qual não é senão a entrada na maioridade, concebe a ele a dignidade de pertencer à

espécie humana por contribuir da maneira racional para o desenvolvimento dela. Assim, o processo da *Aufklärung* é uma *ideia* a qual possui validade para além do tempo e espaço. Ela reivindica que cada indivíduo pense em si mesmo como plenamente desenvolvido em suas disposições, principalmente a disposição da autodeterminação. A autodeterminação nos oferece a plena dignidade, uma vez que todo o processo do agir baseia-se exclusivamente na própria pessoa.

No entanto, é importante ainda mencionar que as ideias (ou conceito da razão) além de não ficarem confinadas nos limites da experiência, elas também nunca serão visualizadas em sua total completude no mundo. Os conceitos da razão apenas concebem, não entendem. Isso ocorre porque eles contêm o incondicionado o qual, embora se refira a algo que toda a experiência se integra, nunca é objeto da experiência. As ideias não podem ser referidas a objetos da experiência possível, porém elas possuem um valor normativo significativo na medida em que apresentam o máximo arquétipo do qual a humanidade precisa se aproximar (cf. *KrV/B*, AA 03: 244 u. 249).

Desta forma, enquanto o processo da *Aufklärung* oferece-se como uma ideia da razão, o *aufgeklärter Kritiker* é identificado como o ideal. Para Kant, o ideal está muito mais afastado da realidade do que a ideia. O ideal é algo singular o qual foi absolutamente determinado pela ideia. Assim, como a ideia oferece a regra do que se deve fazer, o ideal é um protótipo o qual deve determinar completamente a cópia, embora nunca seja plenamente alcançado. Embora este ideal nunca se efetive completamente, nem por isso deve ser considerado quimérico, porque oferece uma indispensável norma da razão (*ein unentbehrliches Richtmaß der Vernunft*). Assim, o ideal é um conceito do que é plenamente perfeito para avaliar e medir o grau e os defeitos do que é imperfeito, além de oferecer o caminho que devemos trilhar (cf. *KrV/B*, AA 03: 383-384). Desta forma, o ideal de ser um esclarecido crítico deve nortear nossa vida a fim de que possamos aproximadamente trazê-lo para o mundo.

Sobre o conceito de *Aufklärung*

Como já dito, o texto *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* veio à público no ano de 1784, no *Berlinischen Monatsschrift*. Consequentemente, o texto vale-se de uma linguagem diferenciada daquela encontrada nas três críticas, uma vez que visava não apenas atingir os filósofos e os teólogos de profissão, mas também a grande população. Por isso, o texto se utiliza de exemplos e “pergunta-

resposta” para esclarecer as ideias e os conceitos. Além disso, o texto possui dois objetivos enquanto publicação: esclarecer o conceito de *Aufklärung* e, ao mesmo tempo, fazer apologia ao uso da própria razão, do autodirecionamento, portanto, possui também, em última análise, um sentido “pedagógico”.

Filosoficamente, o *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* possui um enfoque político e faz, ao mesmo tempo, uma forte crítica à religião, levando Kant a afirmar que o “ponto central da *Aufklärung* é a saída da menoridade culpada, sobretudo, no que diz respeito às coisas de religião” (WA, AA 08: 41). O enfoque político diz respeito à liberdade externa de usar publicamente a razão, sem, contudo, promover perturbações sociais contra o regime. Por meio do uso público da razão, o qual o indivíduo que saiu da menoridade se vale, é possível pensar uma reforma gradual do Estado, deixando de lado – como Kant sempre propõe – a revolução armada.

Nesta esteira, Kant define a *Aufklärung* como “a saída do homem da sua menoridade (*Unmündigkeit*) que ele próprio é culpado” (WA, AA 08: 35). A ênfase recai aqui sobre o fato de que a menoridade é uma escolha deliberada. Como bem marca Barnard, a *Unmündigkeit* não é dada como um estado, mas é um produto da escolha dos sujeitos (cf. Barnard, 1983, p. 289).

A menoridade é a incapacidade (*Unvermögen*) de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis o lema (*Wahlspruch*) da *Aufklärung*. (WA, AA 08: 35)

Consoante Lorenzen, “a colocação da tarefa da *Aufklärung* mostra-se clara: trata-se da obtenção da autonomia da razão posta em jogo e perda de certo modo” (Lorenzen, 1991, p. 2). Kant mostra a clara preocupação em tirar o homem da menoridade. Por este motivo, ele se preocupa muito mais em definir o que é uma postura não autônoma do que definir a maioridade, de tal forma que ele usa uma única vez o termo *Mündigkeit* no texto *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* Evidenciado, então, a situação e as características da menoridade, Kant almeja que os indivíduos, os quais se encontram em tal situação, façam a *Übergang* da menor à maioridade. Contudo, o grande problema em relação à menoridade é a escolha deliberada que os sujeitos fazem por ela, isto é, a questão não é a falta de capacidades, mas a escolha de não se beneficiar delas.

Desta forma, Kant busca as causas da *Unmündigkeit*, uma vez que não estamos naturalmente condenados a permanecer nela. A “preguiça (*Faulheit*) e a covardia (*Feigheit*) são as causas pelo qual os homens em grande parte continuem de boa vontade menores durante toda a vida” (WA, AA 08: 35). Com isso, o filósofo enfatiza: nem o velho poder eclesiástico e nem mesmo o Estado Absolutista moderno são responsáveis pela menoridade (cf. Beyerhaus, 1921, p. 5). No entanto, como consequência disso, sempre haverá pessoas dispostas a serem tutores (*Vormündern*²), isto é, indivíduos, os quais se aproveitam da preguiça e da covardia dos demais para tornarem-se “guias” da grande massa. Nesta medida, podemos afirmar também que a menoridade é culpada pelo lento progresso da espécie (cf. Beyerhaus, 1921, p. 5). Assim, diz Kant,

tornar-se incapaz de si mesmo, por degradante que isso possa ser, é, no entanto, muito cômodo (*bequem*), e naturalmente não faltarão dirigentes que se utilizarão dessa docilidade da multidão (porque ela dificilmente se une por si mesma) e saberão apresentar como muito grande, como mortal o perigo de se servir do próprio entendimento sem a guia de outro. (*Anth*, AA 07: 209)

Ora, “é tão cômodo (*bequem*) ser menor” (WA, AA 08: 35). É fácil quando um médico decide qual dieta seguir, é fácil quando um diretor espiritual decide e diz como deve ser a conduta moral, é fácil quando se tem um livro que possui entendimento por mim, uma vez que somente preciso lê-lo e reproduzi-lo (cf. WA, AA 08: 35). Não usar as próprias faculdades para conduzir a vida é uma expressão não racional do arbítrio e, por mais humilhante que possa ser, é uma opção muito cômoda e sem comprometimento e certamente não faltarão ideologias e doutrinas para usar esta domabilidade e docilidade. Neste viés, assevera Kant:

Porque a imensa maioria dos homens (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade (*Mündigkeit*) difícil e também muito perigosa é que os tutores (*Vormünder*) de boa vontade tomaram a seu cargo a superintendência deles. Depois de, primeiro, terem embrutecido os seus animais domésticos e evitado cuidadosamente que estas criaturas pacíficas ousassem dar um passo para fora da carroça em que as encerram, mostram-lhes em seguida o perigo que as ameaça, se tentarem andar sozinhas. Ora, este perigo não é assim tão grande, pois aprenderiam por fim muito bem a andar. Só que tal exemplo intimida e, em geral, gera pavor perante todas as tentativas ulteriores. (WA, AA 08: 35-36)

² A palavra alemã escolhida por Kant, *Vormund*, possui um significado forte. *Der Vormund* (guardião, protetor), no sentido acima empregado, é um indivíduo que representa alguém que não possui capacidade de fazer isso, ou seja, alguém incapaz de auto-representar-se, de falar por si mesmo (*Vor-Mund*).

A menoridade é, para Kant, culpa dos próprios indivíduos, da preguiça e do comodismo, sendo que estes “espertos” tutores se valem desta covardia para calcar ainda mais estes indivíduos nesta inércia intelectual. A *Unmündigkeit* se tornou quase uma *segunda natureza*, quer dizer, o homem deixa de lado aquilo que mais lhe diferencia, aquilo que lhe faz ir além dos instintos e das emoções, a saber, ser racional, para subsistir em uma situação miserável. Desta forma, algo que jamais poderia ser pensado como “natural” é agora uma realidade. É mais, diz ironicamente Kant, o homem sente uma relação amorosa com esta situação menor e é “agora incapaz de se servir do seu próprio entendimento (*Verstand*), porque nunca se lhe permitiu fazer tal tentativa” (WA, AA 08: 36). Nesta perspectiva, destaca Lorenzen que embora os indivíduos saibam da tarefa que a razão lhes impõe, sair da menoridade, eles lutarão eventualmente para a manutenção dessa dependência (cf. Lorenzen, 1991, p. 5).

É importante aqui notar que o conceito de entendimento empregado por Kant, não diz respeito apenas à faculdade de conhecer (cf. *KrV/B*, AA 03: 75-76), mas é empregado em um sentido amplo, como Kant apresenta na *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*, nomeadamente, faculdade de conhecer superior, o qual possui em si: entendimento, em sentido estrito, faculdade de julgar e razão:

Também se toma a palavra entendimento (*Verstand*) em significação particular, a saber, porque ele, como membro de uma classificação, é subordinado junto com os outros dois membros desta ao entendimento, em significação geral, e porque a faculdade de conhecer superior (*obere Erkenntnisvermögen*) consiste de entendimento (*Verstand*), juízo (*Urteilskraft*) e razão (*Vernunft*). (*Anth*, AA 07: 197-198)

Na sequência da arguição, Kant afirma ainda que o uso do entendimento é o que nos diferencia das demais criaturas, o qual nos permite construir e seguir as próprias regras.

Se com a palavra entendimento (*Verstand*) se quer dizer a faculdade de conhecimento de regras em geral, de modo que compreenda em si toda a faculdade de conhecer superior, então não se tem de entender por ela aquelas regras segundo as quais a natureza guia o ser humano em seu procedimento, como ocorre nos animais impelidos pelo instinto natural, mas só as que ele mesmo faz. (*Anth*, AA 07: 197)

Por conseguinte, a menoridade é o atrofiamiento das capacidades que nos tornam *Endzweck*, seres com dignidade, sobretudo, no que diz respeito à razão na conduta e formulação de máximas do agir. Além disso, ainda em busca das causas da menoridade, Kant constata que “preceitos (*Satzungen*) e fórmulas (*Formeln*), instrumentos mecânicos do

uso racional ou, antes, do mau uso dos seus dons naturais são os grilhões de uma menoridade perpétua” (WA, AA 08: 36). Ora, combinada a covardia e a preguiça dos indivíduos (causa interna), com os preceitos e as fórmulas estabelecidas pelos tutores (*Vormündern*) (causa externa), tem-se, então, um cenário que enodoa os ideais da razão para a espécie. Por este motivo, Kant cogita a hipótese de realizar uma revolução para acabar com os preceitos e fórmulas heteronomamente estabelecidos. Sem dúvida uma revolução acabaria com estes dogmas, preceitos e fórmulas, mas ressalva o filósofo:

Por meio de uma revolução (*Revolution*) poderá talvez levar-se a cabo a queda do despotismo pessoal e da opressão gananciosa ou dominadora, mas nunca uma verdadeira reforma do modo de pensar (*Reform der Denkungsart*). Novos preconceitos (*Vorurteile*), justamente com os antigos, servirão de rédeas a grande massa destituída de pensamento. (WA, AA 08: 36)

Desta forma, mostra-se que o processo da *Aufklärung* não é uma revolução exterior, senão uma revolução *no* e *do* interior de cada homem, o qual decide por si mesmo assumir-se como ser racional. De nada adianta uma revolução externa que elimina os preconceitos, fórmulas e dogmas estabelecidos, caso os indivíduos ainda não estejam preparados para guiar-se por si mesmos. A *Aufklärung*, para Kant, esta assentada sobre a ideia de *Selbstdenken*, a qual o coloca em contraposição às ideias dos popularistas Mendelssohn e Eberhard. *Aufklärung* não é uma transmissão de conceitos prontos, nem mesmo uma troca de conceitos tradicionais por novos da mesma origem. “A *Aufklärung* não é”, então, “conhecimento dogmático, mas uma máxima ética, em sua consumação uma qualidade ética” (Beyerhaus, 1921, p. 6).

A ajuda indispensável para a promoção da *Aufklärung*, no que diz respeito ao Estado, é a concessão e a garantia de uma esfera pública, na qual o *aufgeklärter Kritiker* pode livre e publicamente utilizar sua crítica. “Para a *Aufklärung* nada mais se exige do que a liberdade; a mais inofensiva entre tudo o que se pode chamar liberdade, a saber, a de fazer o uso público da sua razão em todos os elementos” (WA, AA 08: 36). Kant acredita que paulatinamente o processo da *Aufklärung* aconteceria desde que o uso público da razão fosse livre, no qual as ideias e sugestões sobre questões políticas e legais fossem livremente discutidas. O uso público da razão seria um “impulso” para que os indivíduos saíssem da menoridade.

Além disso, o filósofo chama atenção para o seguinte: nenhum contrato que vise o impedimento do esclarecimento deve ser endossado. Desta forma, Kant questiona se é ou não admissível que uma sociedade

de clérigos se comprometa com certo *símbolo imutável*, para assim, realizar uma supertutela (*Obervormundschaft*) sobre seus membros e, por meio desses, sobre o povo (cf. WA, AA 08: 39-40).

A resposta é veemente: Não! Um contrato, o qual decide impedir o processo da *Aufklärung* e negar o esclarecimento das gerações seguintes não possui valor, independentemente do tipo de tratado que seja. “Isso seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste justamente neste avanço” (WA, AA 08: 40). Com esta afirmação, Kant visa não só defender, mas também apoiar a política de seu amigo e ministro Zedlitz (a *KrV* foi dedicada a ele), a qual se viabilizou através de decretos religiosos na polêmica que envolvia o *Konsistorium* com Stark (1775), colega de Kant, e Schulz (1783) avivada em torno do significado dos símbolos (cf. Beyerhaus, 1921, p. 11).³ Tal leitura ajuda-nos a compreender o enfoque crítico do texto contra a religião.⁴

Desta forma, “a pedra de toque de tudo o que se pode decretar como lei sobre um povo reside na pergunta: poderia um povo impor a si próprio essa lei?” (WA, AA 08: 39). Kant adianta aqui a ideia de contrato original (*ursprünglicher Kontrakt*), ou seja, um decreto, o qual teria como consequência o impedimento da *Aufklärung*, jamais seria admitido como válido sob a ideia do povo reunida. Kant pensa aqui especificamente na religião e exorta ainda a necessidade dos clérigos irem além das funções doutrinárias, realizando, como esclarecidos, observações sobre o que há de errôneo nas suas instituições (cf. WA, AA 08: 39). Desta forma, depois que as ideias novas de religião tivessem se difundido e endossadas entre o povo, “poderiam trazer a sua proposta diante do trono a fim de protegerem as comunidades que, segundo o seu conceito de melhor discernimento, se teriam coadunado numa organização religiosa modificada, sem impedir os que quisessem ater-se à antiga” (WA, AA 08: 39).

³ O autor ainda oferece no fim de seu artigo os decretos religiosos de Zedlitz. Em relação à Stark e Schulz, acrescentamos: “Es genügt festzustellen, dass beide Male Religionsgeschichtliche theologisch-spekulative Sätze das Konsistorium zum Einschreiten veranlasst haben: im Fall Starck der Angriff auf den religiösen Monopolgedanken des Judentums und das Bekenntnis zu einem religiös-universalen Theismus; im Fall Schulz die Annahme eines fatalistischen Determinismus” (Beyerhaus, 1921, p. 10).

⁴ É importante não esquecermos que no momento histórico, no qual Kant viveu e ministrou aula, os assuntos religiosos eram interesse do Estado e diziam respeito à teologia (cf. Pannenberg, 2001, p. 203). É bom lembrar que Kant também sofreu censura, após a morte de Friedrich II, no que diz respeito à religião, ao lançar em 1793 sua obra *Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft* (cf. SF, AA 07: 3).

Com isso, Kant quer se afastar do modelo fundamentalista religioso, que se baseia em livros simbólicos e não permitem o pensar para além deste extremismo dogmático. E diz enfaticamente:

É absolutamente proibido coadunar-se numa constituição religiosa (*Religionsverfassung*) pertinaz, por ninguém posta publicamente em dúvida, mesmo só durante o tempo de vida de um homem, e deste modo aniquilar, por assim dizer, um período de tempo no progresso da humanidade para o melhor e torná-lo infecundo e prejudicial para a posteridade. (WA, AA 08: 39)

Desta forma, Kant demonstra sua admiração pelo Rei Friedrich II, *der Großer*, pois o considerava um déspota esclarecido, o qual realmente contribuiu para a *Aufklärung*, uma vez que não prescreveu nada ao povo em matéria de religião e deixa aí a plena liberdade. Friedrich recusava, como afirma o filósofo, o arrogante nome de “tolerância” e, permitia, além disso, a liberdade do uso da razão em todos os assuntos da consciência (cf. WA, AA 08: 40).

Sob o seu auspício, clérigos veneráveis podem, sem prejuízo do seu dever ministerial e na qualidade de esclarecidos (*Gelehrten*)⁵, expor livre e publicamente ao mundo para que esse examine os seus juízos e ideais que, aqui e além, se afastam do símbolo admitido; mas mais ainda é permitido a quem não está limitado por nenhum dever de ofício. Com efeito, perante tal governo brilha um exemplo de que, no seio da liberdade, não há o mínimo a recear pela ordem pública e pela unidade da comunidade. Os homens libertam-se pouco a pouco da brutalidade, quando de nenhum modo se procura intencionalmente nela os conservar. (WA, AA 08: 40-41)

Assim, tal governante – Friedrich – além de não possuir nenhum interesse em exercer uma tutela religiosa, a qual “além de ser a mais prejudicial, é também a mais desonrosa de todas” (WA, AA 08: 41), permitiu o uso público da razão em assuntos políticos e legais. Somente aquele governante, o qual é suficientemente esclarecido e possui um bom

⁵ Kant usa aqui o substantivo *Gelehrter* (pl.: *Gelehrten*), o qual poderia ser literalmente traduzido como *erudito*. No entanto, segundo nossa sugestão, traduzimos o termo como *esclarecido*, ou seja, de acordo com nossa tese, aquele que realizou o processo da *Aufklärung*, saiu da *Unmündigkeit*, é um indivíduo esclarecido, aquele que se vale da própria razão e tem autoridade para usar a razão pública. Assim, coerentemente a nossa interpretação, usar o conceito *Gelehrter* como *erudito* poderia gerar mal-entendido, uma vez que *erudito* pode significar aquele que possui erudição em uma determinada área de conhecimento, ter bastante instrução ou possuir uma cultura ampla e variada. No entanto, nem todo *erudito* é um *esclarecido* (*Gelehrter*). Por isso, optamos, com base no conceito de *Aufklärung*, traduzir *Gelehrter* como *esclarecido*, o que gera, por conseguinte, uma tradução conceitual e não literal. Ver também definição de *Gelehrter* (Laursen, 1986, p. 589).

e disciplinado exército⁶, pode dizer: “Raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes, mas obedecei” (WA, AA 08: 41).

Neste espírito Kant pergunta: “Vivemos agora numa época esclarecida (*aufgeklärten Zeitalter*)? – a resposta é: não. Mas, vivemos numa época da *Aufklärung*” (WA, AA 08: 40). Ainda falta muito para considerar a plenitude do esclarecimento e, o que notamos agora, são indícios claros da possibilidade da *Aufklärung*, a saber, a liberdade concedida para o uso da própria razão, a qual por si só diminui os empecilhos para a realização do esclarecimento. E, como diz espirituosamente Kant, “assim considerada, esta época é a época da *Aufklärung*, ou o século de *Friedrich*” (WA, AA 08: 40). A pergunta colocada por Kant – “vivemos agora em uma época esclarecida?” – direcionada para a atualidade, receberá a mesma resposta que o autor deu no séc. XVIII. No entanto, o importante a ser destacado aqui é a tarefa que a ideia da *Aufklärung* nos convida a realizar, a saber, assumir a culpa da menoridade e, por isso, deixá-la para traz.

Dito isso, precisamos ainda enfatizar que o processo da *Aufklärung*, nomeadamente, a saída do homem da menoridade culpada, apresenta-se como uma necessidade prática. Por conseguinte, possuir muitos conhecimentos, de diferentes áreas com diferentes finalidades, não significa em hipótese alguma ser esclarecido. Pensar por si mesmo é muito mais do que ser instruído ou ter habilidade.

Aquele que não é capaz de pensar por si mesmo (*nicht selbst denken*), ainda que muito possa aprender, é chamado de mente limitada (estreita) (*ein beschränkter Kopf*). Pode-se ser alguém de vasta erudição (máquina de instruir os outros como se foi instruído) e, no entanto, ser bastante limitado, no que diz respeito ao uso racional de seu saber histórico. (*Anth*, AA 07: 138-139)

Ter coragem de usar o próprio entendimento é uma exigência prática e, como bem marca Weyand, “apresenta-se em uma variante do imperativo categórico, o qual demanda o uso da própria razão” (Weyand, 1960, p. 108), a saber,

servir-se da própria razão, quer apenas dizer que, em tudo o que se deve aceitar, se faz a si mesmo esta pergunta: será possível transformar em

⁶ Weyand chama atenção aqui: “Interessant ist, dass Kant ein einem starken *Heer* den Garant für die Meinungsfreiheit der Gelehrten sieht. Wäre ein solches nicht vorhanden, müsste der Fürst oder der Staatslenker in beständiger Angst leben und würde alle Anzeichen auch der leisesten Kritik unterdrücken, da er fürchten müsste, dass sie das Volk zur Empörung veranlassen könnten; mit einer starken Streitmacht als Schützer der Ruhe und Ordnung aber können die Gelehrten ruhig disputieren und ihre Vorschläge vor den Thron bringen. Ein wahrlich eigenartiges Paradoxon: durch potentialiter vorhandene Bedrohung der Freiheit durch einsatzbereites Militär ist es möglich, in praxi größere Freiheit zu gewähren” (Weyand, 1960, p. 112).

princípio universal do uso da razão aquele pelo qual se admite algo, ou também a regra que se segue do que se admite? Qualquer um pode realizar consigo mesmo semelhante exame e bem depressa verá, neste escrutínio, desaparecerem a superstição e o devaneio [...]. (*WDO*, AA 08: 146)

A *Aufklärung* não apenas incidirá sobre as ações, dando a elas verdadeiro valor moral, mas também fará lentamente desaparecer a intolerância religiosa, o misticismo e a superstição, estes espectros, que feriram e ferem a humanidade. Kant reconhece que a realização definitiva da *Aufklärung*, a auto-utilização da razão, necessita de tempo infinito e que a educação da espécie humana deve começar com a criança (cf. Weyand, 1960, p. 108). A *Aufklärung*, enquanto processo a ser realizada, é uma ideia, que deve ser sempre almejada, de modo que negar a si mesmo tal processo é negar o progresso para a melhoria da espécie. Logo,

sem dúvida, um homem, para a sua pessoa, e mesmo então só por algum tempo, pode, no que lhe incumbe saber, adiar a *Aufklärung*, mas renunciar a ela, quer seja para si, quer ainda mais para a descendência, significa lesar e calcar aos pés o sagrado direito da humanidade. (*WA*, AA 08: 38)

Por isso, sair da menoridade, fazer este processo de *Aufklärung*, é um dever de cada homem, um mandamento categórico: saia da menoridade porque nesta situação você não é um ser autônomo e, por consequência, atrasar o próprio progresso da humanidade em direção à melhoria. Ao tratar da *própria perfeição* (*eigene Vollkommenheit*) na *Metaphysik der Sitten: Tugendlehre* (S. 386), Kant caminha na direção acima afirmada. Considerando que estamos na *Tugendlehre*, na qual Kant fala de fins, o filósofo endossa a ideia de que a perfeição possui um sentido teleológico e, portanto, uma perfeição qualitativa em vez de quantitativa (Kant fala aqui da perfeição enquanto *totalidade*, ou seja, o diverso que em seu conjunto constitui uma coisa). Fala, então, da promoção de tal perfeição como *um dever* e elenca duas a serem desenvolvidas, a saber, a perfeição em relação às *faculdades* e em relação à *vontade*.

1) É um dever para o homem progredir cada vez mais da incultura de sua natureza, da animalidade (*quoad actum*) até a humanidade, que é a única pela qual é capaz de se propor fins: suprir sua ignorância pela instrução e corrigir seus erros; e isto não apenas a razão prática-técnica a ele aconselha para seus diferentes propósitos (da habilidade), mas também a razão prático-moral e este fim se converte em seu dever para que seja digno da humanidade que habita nele. 2) Progredir no cultivo de sua vontade até chegar a mais pura intenção virtuosa, até o momento em que a lei se converte no motivo daquelas suas ações [...]. (*MS/TL*, AA 06: 387)

É uma obrigação prática-moral a perfeição do homem, a qual visa extrair a humanidade da animalidade, fazer a autonomia prevalecer como suprema pedra de toque de todas as decisões. Tornar-se um *aufgeklärter Kritiker* é um ideal moral de todo homem, o qual ganha sua obrigatoriedade através do imperativo categórico. A *Aufklärung*, enfatiza Lorenzen, é o esforço do pensamento livre, um ato que se expressa em uma determinada postura das faculdades do homem; ela é um esforço contínuo em direção à *Mündigkeit* (cf. Lorenzen, 1991, p. 8). Sem este processo, a razão entrega-se ao servilismo, dogmatismo e misticismo, em vez de realizar a livre reflexão crítica pública, responsável pelo melhoramento legal. Então, se o processo da *Aufklärung* se apresenta como uma ideia sempre atual para a história humana, o *aufgeklärter Kritiker* é o ideal no qual todo o homem deve se espelhar; ele é o arquétipo do que podemos nos tornar.

Nesta mesma perspectiva, no § 40 da *KU*, Kant demonstra três máximas do entendimento humano, das quais chamamos a atenção para a primeira:

1. Pensar por si (*Selbstdenken*); 2. Pensar no lugar de qualquer outro; 3. Pensar sempre em acordo consigo próprio. A primeira é a máxima da maneira de pensar livre de preconceito (*Vorurteil*); a segunda, a da maneira de pensar alargada; a terceira, a da maneira de pensar consequente. A primeira é a máxima de uma razão jamais passiva. A propensão a esta, por conseguinte, a heteronomia da razão, chama-se preconceito (*Vorurteil*); e o maior de todos eles é o de representar-se a natureza como não submetida às regras que o entendimento por sua própria lei essencial põe-lhe como fundamento, isto é, as superstições (*Aberglaube*). A libertação da superstição chama-se esclarecimento (*Aufklärung*), porque embora esta denominação também convenha à libertação de preconceitos em geral, aquela, contudo merece preferentemente (*in sensu eminenti*) ser denominada um preconceito, na medida em que a cegueira, na qual a superstição lança alguém e que até impõe como obrigação, dá a conhecer principalmente a necessidade de ser guiado por outros, por conseguinte, o estado de uma razão passiva. (*KU*, AA 05: 295)

Na *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht, mutatis mutandis*, Kant volta a falar destas três máximas da seguinte forma:

1. Pensar por si (*selbst denken*); 2. Pôr-se (na comunicação com seres humanos) no lugar do outro; 3. Pensar sempre de acordo consigo mesmo. O primeiro princípio é negativo (*nullius addictus iurare in verba Magistri*), é o princípio do modo de pensar livre de coação; o segundo é positivo, é o princípio do modo liberal de pensar, que se acomoda aos conceitos dos outros; o terceiro, o princípio do modo consequente (coerente) de pensar. A mais importante revolução no interior do ser humano é a “saída deste do estado de menoridade em que se encontra por sua própria culpa”. Enquanto até aqui outros pensaram por ele, e ele simplesmente imi-

tou (*nachahmte*) ou precisou de andadeiras (*Gängelbande*), agora, vacilante ainda, ele ousa avançar com seus próprios pés no chão da experiência. (*Anth*, AA 07: 228-229)

Ambos os fragmentos condenam a razão passiva e constatam que a *imitação* é uma das moradias da heteronomia, pois imitar é deixar um fundamento estrangeiro determinar a ação, de onde não surge, em hipótese alguma, valor moral, ainda que a escolha heterônoma seja uma expressão do livre arbítrio (*Willkür*). Os preconceitos⁷ (*Vorurteil*) tem a intenção de fazer a manutenção do modo de pensar passivo (menoridade). Há, pois, uma necessidade moral fundamental em fazer o processo da *Aufklärung*, de modo que “pensar por si mesmo significa procurar em si próprio (isto é, na sua própria razão) a suprema pedra de toque da verdade; e a máxima de pensar por si mesmo é a *Aufklärung*” (*WDO*, AA 08: 146).

Por conseguinte, há um dever de tornar-se um *aufgeklärter Kritiker*, pois, como tal, o indivíduo ganha dignidade, abandona o servilismo, misticismo e dogmatismo, além de usar sua razão publicamente com a finalidade da melhoria do corpo político. Sem dúvida, para Kant, a questão da *Aufklärung* está principalmente marcada em dois pontos: em relação ao Estado e em relação à religião, ambos com perspectivas legislativas respectivamente externa e internamente. No que diz respeito ao Estado, Kant não mostra muitos problemas, longe disso, faz uma apologia a Friedrich, *der Großer* e louva a liberdade de pensar e usar a razão publicamente. Em relação à religião, Kant a criticou de forma veemente, assim como evidenciado anteriormente, quando ela não possibilita o livre pensar e ainda pretende uma supertutela, a qual visa impedir o esclarecimento. Ambos devem deixar o

⁷ Na *Logik*, Kant fala que a imitação (*Nachahmung*) é uma fonte dos preconceitos, junto com o hábito (*Gewohnheit*) e a inclinação (*Neigung*). Preconceitos “são juízos provisórios tomados como proposições fundamentais, princípios. Todo preconceito deve ser visto como um princípio de juízos errôneos, e de preconceitos não se originam preconceitos, mas juízos errôneos”. “A imitação tem uma influência geral sobre nossos juízos, pois há um forte fundamento para assentir naquilo a que outros assentiram, de onde o preconceito: o que todo mundo faz é correto. Quanto aos preconceitos originários do hábito, só podem ser erradicados ao longo do tempo, na medida em que o intelecto tenha seus juízos embaraçados e adiados por fundamentos opostos e assim seja levado, pouco a pouco, a uma maneira de pensar oposta. Agora, se um preconceito do hábito surge ao mesmo tempo por imitação, o homem que o adquire dificilmente dele se cura. Um preconceito por imitação pode ser também chamado um pendor para o uso passivo da razão ou para o mecanismo da razão, em vez de sua espontaneidade sob leis. A razão é, sem dúvida, um princípio ativo que não deve tomar nada emprestado da autoridade alheia, e em se tratando de seu uso puro, nem sequer da experiência. A *Trägheit* faz, porém, que um número muito grande de homens prefira seguir pegadas de outrem ao invés de empenhar as forças em sua própria inteligência. Homens desse jeito só podem se tornar sempre cópias de outros, e, se todos fossem dessa espécie, o mundo permaneceria eternamente em um só e mesmo lugar” (*Log*, AA 09: 75-76).

indivíduo usar livremente sua razão como condição de possibilidade do melhoramento legal, pois

nossa época é a época da crítica, à qual tudo tem que submeter-se. A religião pela sua santidade e a legislação, pela sua majestade, querem igualmente subtrair-se a ela. Mas então suscitam contra elas justificadas suspeitas e não podem aspirar ao sincero respeito, que a razão só concede a quem pode sustentar o seu livre e público exame. (*KrV/A*, AA 04: 9)

Neste sentido, valendo-nos da analogia da revolução copernicana⁸ apresentada na *KrV* (AA 03: 15), podemos dizer, que a saída da menoridade coloca o próprio sujeito como o centro de suas decisões. Ele cria para si mesmo o modo de conduta, suas máximas comparecem ante o tribunal de sua própria razão – longe de preconceitos – para receber o aval positivo ou negativo de suas deliberações. O grande projeto de Kant é, pois, tirar o homem da escuridão da menoridade. Logo, o processo da *Aufklärung* é o meio para realizar isso, mediante o qual o homem assume-se como um ser racional. É, pois, um dever de todo homem, sair da menoridade, largar esta situação, a qual apenas ele é culpado. Ele deve, então, realizar esta revolução em seu interior, a qual apenas ele pode decidir fazê-la e levá-la a cabo, para, assim, administrar por conta própria suas ações, sua vida.

Considerações finais

É possível afirmar que o texto *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* apresenta não apenas o projeto kantiano da *Aufklärung*, mas o projeto do seu sistema filosófico, a saber, tornar a humanidade esclarecida. O projeto crítico kantiano não visa outra coisa senão estabelecer e esclarecer os limites, os fundamentos e o lugar do conhecimento, da moral, da política, da religião, da educação, da história, etc.

Por isso, a ideia da *Aufklärung* desempenha um papel fundamental em seu sistema, uma vez que exorta a responsabilidade individual para autodeterminar-se. Permanecer na menoridade é culpa própria, assim como a entrada na maioridade é incumbência de cada um. Assim, o

⁸ Sobre a questão da analogia com Copérnico, ver Engel (1963, p. 243-251). Russell, diferentemente do que se costuma ler, afirma que em vez desta revolução copernicana, Kant teria realizado uma revolução ptolomáica, afirmando o homem como dono de seu “destino”, de seu conhecimento e de suas ações: “Kant spoke of himself as having effected a ‘Copernican revolution’, but he would have been more accurate if he had spoken of a ‘Ptolemaic counter-revolution’, since he put Man back at the center from which Copernicus had dethroned him” (Russell, 1976. p. 5).

maior problema da menoridade se dá em foro interno, embora haja sempre tutores astutos para se aproveitar desta situação.

Embora o ideal do Iluminismo tenha sido duramente criticado, a ideia de *Aufklärung* kantiana não tem senão a intenção de valorizar o indivíduo enquanto um ser capaz de pensar e julgar a partir de si mesmo. A ideia da *Aufklärung* não é outra senão oferecer a cada pessoa a sua individualidade e respeito mútuo e próprio, isto é, pensar, criar, deliberar e agir fundamentado em uma posição própria. Assim como Kant pensava, em tempos de muitos “tutores” ávidos para guiar “um rebanho” sem identidade, o *aufgeklärter Kritiker* é muito mais que atual, é um ideal que cada indivíduo deve perseguir. Isso não significa que em algum momento toda a humanidade estará esclarecida, mas isso não diminui e não desmerece a tarefa que a razão nos intima a realizar.

As duas hipóteses propostas neste trabalho foram desenvolvidas, a saber, demonstrou-se que *Aufklärung* kantiana é um processo de responsabilidade individual que implica deixar a menoridade para adotar a postura autônoma da maioridade. *Maioridade (Mündigkeit)* não é um conceito com implicações jurídicas, mas um conceito de maturidade intelectual de assumir-se como autodeterminado. O conceito de *Aufklärung*, oferecido por Kant no texto de 1784, é muito mais do que a definição de um movimento, muito mais do que um conceito limitado a um determinado período histórico.

No desenvolvimento da segunda hipótese, evidenciou-se que o processo da *Aufklärung* é uma ideia, isto é, embora nós nunca veremos o momento em que a humanidade estará toda esclarecida, tal ideia ainda continua válida, pois exorta o indivíduo a tirar o que tem de melhor em si. O ideal para todas as pessoas é o *aufgeklärter Kritiker*, uma vez que realizou o processo da *Aufklärung* e agora usa publicamente sua razão.

Assim, tornar-se *aufgeklärter Kritiker* é uma busca individual e intransferível, ou seja, um convite individual para se tornar o que de melhor se poderia ser. No entanto, o *aufgeklärter Kritiker* não é um solipsista, uma vez que a razão exorta para que ele a use publicamente com o objetivo de oferecer críticas e sugestões ao governo vigente. Desta forma, a condenação kantiana da revolução armada encontra no *aufgeklärter Kritiker* a possibilidade da participação popular bem como do melhoramento do corpo político em atividade.

Referências

- BAHR, Ehrhard (Hrsg.). *Was ist Aufklärung? Thesen und Definitionen*. Stuttgart: Reclam, 1974.
- BARNARD, Frederick. “‘Aufklärung’ und ‘Mündigkeit’: Thomasius, Kant, and Herder”, *Deutsche Vierteljahrsschrift für Literaturwissenschaft und Geistesgeschichte*, 57 (1983): 278-297.
- BEYERHAUS, Gisbert. “Kants Programm der Aufklärung aus dem Jahre 1784”, *Kant-Studien*, 26 (1921): 1-16.
- BICCA, Luis. *Racionalidade moderna e subjetividade*. São Paulo: Loyola, 1997.
- ENGEL, Morris. “Kant’s Copernican analogy: a re-examination”, *Kant-Studien*, 54.3 (1963): 243-251.
- FISCHER, Gottlob Nathanael. “Was ist Aufklärung”, *Berlinisches Journal für Aufklärung*, 1 (1788): 12-46.
- KANT, Immanuel. *Akademieausgabe von Immanuel Kants Gesammelten Werken*. Bände und Verknüpfungen den Inhaltsverzeichnissen. Disponível em: <<http://www.korpora.org/kant/verzeichnisse-gesamt.html>>.
- LAURSEN, John Christian. “The subversive Kant: the vocabulary of ‘public’ and ‘publicity’”, *Political Theory*, 14.4 (1986): 584-603.
- LORENZEN, Max-Otto. *Metaphysik als Grenzgang: die Idee der Aufklärung unter dem Primat der praktischen Vernunft in der Philosophie Immanuel Kants*. Hamburg: Meiner, 1991.
- MENDELSSOHN, Moses. “Über die Frage: was heißt aufklären?”, *Berlinischen Monatsschrift*, 2 (1784): 193-200.
- PANNENBERG, Wolfhart. *Una historia de la filosofía desde la idea de Dios*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2001.
- RUSSELL, Bertrand. *Human knowledge: its scope and limits*. London: Allen & Unwin, 1976.
- WEYAND, Klaus. *Kants Geschichtsphilosophie ihrer Entwicklung und ihr Verhältnis zur Aufklärung*. Köln: Univ. Diss., 1960.
- ZÖLLNER, Johann Friedrich. “Ist es ratsam, das Ehebündniß ferner durch die Religion zu sancieren?”, *Berlinischen Monatsschrift*, 2 (1783): 508-516.

Resumo: O presente trabalho visa desenvolver a hipótese de que o conceito de esclarecimento (*Aufklärung*) kantiano é um processo individual e intransferível. O processo é conceituado como a saída da menoridade (*Unmündigkeit*). Tal processo é fundamental para que o próprio humano possa conduzir racionalmente a si mesmo, as estruturas que constrói e administra sob a égide da razão. Correlacionada com a primeira hipótese, o trabalho também desenvolve a interpretação de que a *Aufklärung* é uma ideia, ou seja, embora não poderemos visualizá-la completamente na experiência, ela ainda preserva seu valor normativo. Da mesma forma, o indivíduo, o qual realizou completamente o

processo da *Aufklärung*, nomeado aqui de *aufgeklärter Kritiker*, é o ideal o qual todos os indivíduos devem objetivar.

Palavras-chave: Kant, esclarecimento, menoridade, maioridade, *Aufklärung*

Abstract: This study will develop the hypothesis that the concept of Kantian enlightenment is an individual and untransferable process. The process is conceptualized as the exit of the self-incurred immaturity (*Unmündigkeit*). This process is fundamental because it will allow humanity lead rationally itself, the structures that builds and manages under the auspices of reason. Correlated with the first hypothesis, the work also develops the interpretation that the *Aufklärung* is an idea, that is, even though we cannot realize it completely in the empirical world, it still preserves its normative value. In the same way, the individual, which completely made the process of *Aufklärung*, named here *aufgeklärter Kritiker*, is the ideal to which all individuals should try to bring to the world.

Keywords: Kant, enlightenment, minority, majority, *Aufklärung*

Recebido em 19/02/2015; aprovado em 15/04/2015.